

DESAFIOS PARA O ENSINO DA FILOSOFIA:  
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Adriano José Hertzog Vieira

Sueli Pereira Caixeta

Resumo: Com base na teoria das representações sociais, o presente trabalho discute o estudo e o ensino da Filosofia no nível Médio de escolaridade. Produto do projeto de pesquisa que objetiva identificar a rede de significações que tem sustentado as relações estabelecidas por estudantes e docentes com a disciplina de Filosofia no Ensino Médio, a pesquisa aqui apresentada foi motivada pela frequente demanda de desinteresse de seus alunos, trazida por estagiários de licenciatura em Filosofia. Com a tarefa de buscar compreender tal desinteresse, um grupo de professores e estudantes dos Cursos de Filosofia, Psicologia e Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, em parceria com a Universidade de Brasília, elaborou o projeto de pesquisa aqui relatado, em um de seus eixos, o da aprendizagem. Neste contexto, torna-se relevante conhecer as representações que os estudantes e professores têm da disciplina Filosofia, uma vez que elas orientam a relação que os mesmos estabelecem com a matéria. O aporte metodológico mesclou as abordagens quantitativa e qualitativa a fim de buscar mais rigor na análise dos dados e conclusões alcançadas. Tomou-se como lócus da investigação duas escolas de Ensino Médio do Distrito Federal tendo como critério serem estas, locais de estágio de estudantes de licenciatura em Filosofia das universidades parceiras na pesquisa.

24

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Aprendizagem. Representações sociais.

*Abstract: Based on the theory of social representations, this paper discusses the study and teaching of philosophy in the High School. Product of a research project that aims to identify a network of meanings that has sustained the relations established by students and teachers with the discipline of Philosophy in High School, the research was motivated by the lack of interest among students of schools surveyed made by undergraduate interns in Philosophy. With the task of seeking to understand such indifference, a group of teachers and students of courses in Philosophy, Psychology and Pedagogy at the Catholic University of Brasilia, in partnership with the University of Brasilia, compiled the research project reported here, in one of its axes, the learning. In this context, it is relevant to know the representations that students and teachers build the discipline philosophy, since they guide the relationship that they establish with the matter. The methodological approach blended quantitative and qualitative approaches in order to pursue more rigorous analysis of data and conclusions reached. Two high schools in the Federal District was taken as the locus of the investigation for being internship places for undergraduate students in philosophy of the partner universities involved in the research.*

*Keywords: Teaching Philosophy. Learning. Social representations.*

## Introdução

Desde 2006, por regulamentação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Filosofia e a Sociologia configuram como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Entretanto, na execução da norma, muitos caminhos e descaminhos são identificados e registrados, gerando descompassos entre o normatizado e o realizado. O presente artigo, nascido da inquietação de estudantes de Licenciatura em Filosofia da Universidade Católica de Brasília e da Universidade de Brasília, ante a precária adesão ao estudo da Filosofia no Ensino Médio, tanto por parte das instituições de ensino como dos alunos da referida fase escolar, procura construir um entendimento em torno da compreensão da filosofia e os demais conceitos que a cercam. Para construir tal compreensão, buscou-se o aporte da teoria das representações sociais, que oferece elementos no diagnóstico de significados conceituais e sua construção no horizonte hermenêutico da cultura

Vale lembrar que a Sociologia e a Filosofia marcaram presença nos currículos das escolas brasileiras até o ano de 1971, quando foram substituídas pelas disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Como se sabe, o currículo não é neutro (SILVA, 1999), sendo sempre permeado de intencionalidade. Por isto, a intenção do governo, na época capitaneado pelo regime ditatorial militar, era desmobilizar a reflexão crítica, própria da práxis filosófica.

A partir da Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996, que dá as diretrizes da educação brasileira, buscou-se resgatar os conteúdos filosóficos e sociológicos deixando, todavia, a regulamentação passível de múltiplas interpretações. A normatização do CNE de 2006 busca corrigir possíveis distorções de interpretação. Entretanto, evidenciam-se muitos problemas no exercício do ensino da Filosofia.

No universo educacional marcadamente instrucionista, no qual o ensino da Filosofia encontra-se imerso, identifica-se um acento no processo de ensino que focaliza o repasse de conteúdos e não a aprendizagem do conhecimento. Com isso, o trabalho educativo escolar em torno da Filosofia, replica o bancarismo (FREIRE, 1987) da educação e não a aprendizagem. Para se avançar, entretanto, no caminho da educação desejada, reposicionando a Filosofia em sua natureza reflexiva e crítica, é preciso perguntar-se pela aprendizagem, mais do que pelo ensino. Com o advento e consolidação das investigações das ciências cognitivas, sua imersão no campo do desenvolvimento humano e da inteligência, subjaz a pergunta sobre a aprendizagem: “como se aprende?”, “por que se aprende?” e “o que se aprende?”.

Perguntar pelo ensino, posiciona o educador como centro. Perguntar-se pela aprendizagem posiciona as subjetividades professor e aluno numa dinâmica permanente e progressiva de apropriação da experiência cognoscitiva configurando-os como aprendentes e ensinantes. A inversão da pergunta, aparentemente inocente, possibilita o reposicionamento dos sujeitos no cenário epistemológico. Na condição de sujeitos aprendentes, o professor assume como tarefa primordial o ato educativo (LAJUNQUIÉRE, 2010), de transmissão, numa relação transferencial própria e autorizada pelo aluno que, reconhecendo-se na relação intersubjetiva aqui proposta, aprende porque inserido no processo de aprendizagem, como sujeito em constituição. Isso quer dizer que não se abre mão do ensino, que deve,

paulatinamente, assumir a configuração conceitual de ato educativo, mas reposiciona-o no cenário educacional como instrumento para a aprendizagem.

Identifica-se, por outro lado, um movimento, no âmbito nacional que pergunta-se, particularmente, pelo ensino da Filosofia. Por que a Filosofia? No Ocidente, considerada como mãe das ciências e rainha da sabedoria, a Filosofia, a partir da centralidade científica e técnica assumida pelo conhecimento no paradigma moderno, foi marginalizada, quando não, instrumentalizada pela tecnociência. Importa, desta forma, compreendermos o lugar da Filosofia no cenário epistemológico e, particularmente, educacional, e reposicioná-la como lugar do pensamento, da argumentação, da crítica e do saber. Reassumindo seu papel identitário, a filosofia apresenta-se, então, como um território da aprendizagem.

O artigo em tela é resultado do projeto de pesquisa “O Estudo e o Ensino da Filosofia à Luz da Teoria das Representações Sociais”, desenvolvido em 2011 2012 na Universidade Católica de Brasília (UCB), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), que buscou identificar a rede de significações que tem sustentado as relações estabelecidas por estudantes e docentes com a disciplina de Filosofia no Ensino Médio.

O interesse pela investigação nasce pela frequente e crescente queixa de estagiários dos cursos de licenciatura em Filosofia das duas instituições envolvidas na pesquisa, de que os estudantes do ensino médio, apresentavam profundo desinteresse e descrédito pela disciplina. A partir daí, um grupo de professores e estudantes da UCB em parceria com docentes e alunos da UnB decidiram apresentar um projeto de pesquisa que buscasse compreender tal desinteresse e suas interfaces. Desenvolvido durante o biênio 2011/12, o projeto trouxe elementos importantes para a discussão do tema em questão. Tratar-se-á, de modo particular, das implicações do exercício da disciplina e a aprendizagem, a partir dela, realizada pelos sujeitos do processo educativo.

26

#### Panoramas da investigação

Conforme já indicado, este texto constitui-se como um dos produtos da pesquisa “O Estudo e o Ensino da Filosofia à Luz da Teoria das Representações Sociais”, realizado por um grupo de docentes e estudantes da Universidade Católica de Brasília (UCB) e da Universidade de Brasília (UnB) nos anos de 2011 e 2012. A preocupação do grupo era compreender a relevância do estudo da Filosofia para a vida dos estudantes de Ensino Médio de escolas públicas do Distrito Federal.

Depois de realizados os ajustes para focar bem as questões inerentes ao problema levantado, o grupo de pesquisadores passou a estudar o universo legal, tanto no âmbito nacional como distrital, em torno do ensino da Filosofia. Por decorrência, estudou-se uma série de artigos e textos produzidos sobre o tema. O segundo estudo realizado, já no segundo semestre de 2012, referiu-se à teoria das representações sociais. Interessava compreender a construção representativa dos sujeitos da pesquisa, acerca da Filosofia e seu ensino.

Passou-se, então, logo em seguida, a elaborar os instrumentos da pesquisa. Um questionário composto por três sessões: 1ª) uma questão de livre associação com o termo indutor “aula de filosofia”; 2ª) três escalas likert onde foram contemplados três eixos integrantes de análise, a saber: aula, conteúdo e processo de aprendizagem na disciplina de Filosofia e 3ª) dados de identificação dos sujeitos.

Optou-se por investigar duas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal utilizando-se como critério o fato de receberem estagiários do Curso de Filosofia da Universidade de Brasília. Uma escola da Regional de Ensino de Sobradinho e outra da Regional Ensino do Gama, ambas vinculadas a Secretaria de Educação do DF.

De posse dos 532 questionários respondidos, sendo 299 da escola de Sobradinho e 233 da escola do Gama o grupo passou a analisá-los a partir dos quatro eixos do projeto: O das representações sociais da filosofia, o da aula, o do conteúdo e da aprendizagem em Filosofia no Ensino Médio.

O presente artigo, portanto, trata-se do eixo da aprendizagem. Depois de uma análise cuidadosa dos questionários, os autores dedicaram-se a compreender o fenômeno pesquisado a partir dos referenciais consultados. Quer-se, portanto, com este texto, partilhar os estudos do grupo em relação ao tema da aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio, subsidiando, assim, professores de Filosofia, numa perspectiva de oferecer elementos para a qualificação do trabalho docente e a finalidade do ensino da Filosofia previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96 - (art. 36) que é o do domínio dos conteúdos de filosofia necessários ao exercício da cidadania. Apresentando-se como aliado no cumprimento da finalidade própria do ensino médio que é “do aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado” (LDB, Art. 35).

27

#### A aprendizagem à luz da teoria das representações sociais

O projeto de pesquisa fundamenta-se, no que diz respeito à teoria das representações sociais (UCB, 2011), postulando que a expressão representações sociais designa tanto um conjunto de fenômenos, quanto o conceito e a teoria que os explicam, identificando, neste sentido, um vasto campo de estudos psicossociológicos. Segundo Moscovici (1961), “por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (p. 181). Elas requerem uma análise posicional e ideológica, além de intrapessoal e interpessoal, pois, como afirma Farr (1992), “estão tanto na cultura quanto na cognição” (p. 186). De acordo com Farr (1994), as representações sociais, além de se formarem a partir das percepções que o sujeito tem da “realidade”, influem na configuração dessa mesma realidade. Elaboradas e partilhadas coletivamente, elas expressam conhecimentos práticos, do senso comum, que adquirem status de “teorias” populares, cuja finalidade é a construção e interpretação do real, de tal sorte que orientam os comportamentos mediante o objeto de representação (Sá, 1993, 1996, 1998; Jodelet, 2002). Neste contexto, torna-se relevante conhecer as representações que os estudantes e professores têm da disciplina de Filosofia, uma vez que elas orientam a relação que os mesmos estabelecem com a matéria, conforme destaca Abric (2000).

A teoria das representações sociais entende que a aprendizagem, avança do senso comum sem desconsiderá-lo, e leva em conta as experiências como um elemento importante na construção do conhecimento. Nascem como um desdobramento de algumas questões apontadas pela psicanálise.

Considerando que para a teoria das representações sociais o universo simbólico de determinado grupo passa fazer parte de inventário interpretativo do sujeito e quando surge um novo elemento simbólico, este é acolhido e compreendido a partir dessa elaboração subjetiva.

Como estudantes e professores não partilham uma mesma condição ou experiência social a representação que o professor tem da filosofia e da aprendizagem não é necessariamente a mesma construída pelos estudantes. Como indica Alves-Mazzotti (2008) o universo simbólico do sujeito está vinculado à participação numa mesma condição e experiência social. A mesma autora, com base em Jodelet (1990) diz que os sujeitos “exprimem em suas representações o sentido que dão a sua experiência no mundo social, servindo-se dos sistemas de códigos e interpretações fornecidos pela sociedade e projetando valores e aspirações sociais”. (p 21)

Alves-Mazzotti (2008), retomando um argumento de Moscovici, procura enfatizar que as representações são teorias coletivas sobre o real, e que apresentam uma lógica e uma linguagem própria, sendo uma estrutura com bases em conceitos e valores. Como é próprio de uma teoria, portanto, sustenta atitudes e determina ações constituindo um campo prático dos modos de se organizar dos sujeitos e grupos.

#### O ensino da Filosofia no Ensino Médio

Desde a civilização antiga, com Sócrates, a filosofia está ligada à educação. De acordo com Xavier (2011) por muito tempo, essa aliança, entre filosofia e educação se deu as margens da institucionalização e da escolarização e, logo, desatrelada de legislação, programas, currículos, livros didáticos e por que não dizer, a salvo da ideia imediatista dos vestibulares.

Originalmente o estudo da filosofia era a aspiração pelo saber, e esse desejo sustentava a relação entre um sujeito que buscava aprender, o aprendiz, e outro sujeito que se preparava para ensinar, o mestre.

De forma bem distinta, na conjuntura atual, a filosofia entra na sala de aula no Ensino Médio pelas mãos da lei, e o que outrora era uma prática em praça pública, por amor ao saber, hoje precisa se adequar a um sistema disperso, disputando espaço com muitos outros saberes. Embora os documentos oficiais nos direcionem para objetivos do ensino da filosofia, ligando-os à formação da cidadania, da ética e da formação profissional, o fato é que às vezes não sabe muito bem para que e como praticá-la. E, por essa via, o discurso filosófico acaba caindo no vazio.

Xavier (2011) aponta que são muitos os desafios do ensino da filosofia, seja pelos conflitos próprios do espaço escolar, considerando as questões pertinentes ao desenvolvimento do público alvo do ensino médio, seja pela estrutura educacional que acaba fazendo o movimento de inserção do jovem/adolescente na cultura já existente, valorizando assim metodologias que privilegiam a repetição, constituindo-se no que afirma a autora: “Nada mais distante do filosofar que a mera repetição”( p.25). A

questão que se formula a partir daí é a de como criar neste espaço um ambiente que propicie o exercício do filosofar?

Para a mesma autora, ao professor de filosofia cabe problematizar, prática e teoricamente o ensino aprendizagem da filosofia, fazendo com que as divergências próprias da instituição escolar e do ensino da filosofia dialoguem. “Trata-se, em certo modo, de colocar em questão os discursos mais otimistas e pessimistas sobre a posição da filosofia na escola”. (p. 26) Por outro lado parece contraditório que a filosofia faça o movimento de buscar um lugar de reconhecimento na escola, pois há pelo menos três pontos que a colocam estranha a ideia de escolarização: a) mais do que um saber propriamente dito, a filosofia é uma atitude; b) assim não há um método que garanta que alguém possa aprender a filosofar; c) e por fim o mais determinante na dificuldade de entender a filosofia no espaço escolar, filosofia não tem um objeto delimitado.

Assim não é inapropriado questionar a utilidade da filosofia e de seu ensino. Porém “Mais do que perguntar que filosofia ensinar nos interessa problematizar para que filosofar na escola? O “para que”, comumente seguido de serve, busca na resposta uma utilidade, uma função” (XAVIER p32).

Vale uma ressalva: ao falar da utilidade da filosofia é importante não confundi-la com as exigências das funcionalidades pragmáticas e a pergunta deve ser ‘o que se pode fazer com a filosofia?’ A resposta será a ação, ou resultado, sobre aquela pergunta pois, se deixar afetar pela pergunta, ou pela dúvida. Assim, entendemos “que uma educação filosófica pode contribuir para refletir as possibilidades de transformar o modo como, estando inseridos no mundo, pensamos; para forçar o pensamento a se pensar” (p 45).  
Análise dos dados

A partir dos questionários respondidos, os pesquisadores analisaram e discutiram os itens relativos ao eixo da aprendizagem, possibilitando a ampliação da reflexão acerca do ensino e da aprendizagem da Filosofia, conforme segue.

Ao serem perguntados sobre a capacidade de discutirem o conceito de filosofia e seus desdobramentos, 28% dos estudantes afirmaram estarem mau ou muito mal preparados para falarem sobre o tema. Os que se consideram bem ou muito bem preparados para discorrerem acerca da Filosofia e suas temáticas somam 20,5%. Os que se sentem preparados em nível regular somam 51,5%. Se compreendemos que a condição “regular” situa-se numa posição mediana, não satisfatória para a construção conceitual da Filosofia, em vista da finalidade de seu ensino no nível médio de escolaridade, pode-se argumentar que a grande maioria dos estudantes, 79,5%, encontra-se numa condição insuficiente em seu processo de aprendizagem da filosofia e suas categorias. O indicador dos estudantes que compreendem muito bem a carga conceitual da matéria é menos da metade (4,1%) dos que compreendem muito mal (9,8%).

Esta primeira constatação encontra fundamentos na teoria das representações sociais que considera de fundamental importância o universo simbólico a partir do qual o sujeito elabora seu horizonte representativo. Ao considerarem-se incapazes de construir, definir ou compreender os conceitos atinentes à episteme da Filosofia, a maioria dos estudantes possibilitam a construção de uma postura de

distanciamento simbólico ao múnus filosófico. Tal postura configura-se em uma das dificuldades e resistências do processo de aprendizagem do componente curricular em questão.

A segunda questão respondida pelos alunos inquiridos, formula-se da seguinte maneira: Você se percebe como alguém capaz de construir conhecimento? A soma dos que se sentem bem e muito bem capacitados para construir conhecimento alcança o índice de 48,9%. Se, por um lado, os respondentes não se sentem seguros em relação à especificidade da Filosofia, sentem-se mais seguros em construir conhecimento, no sentido mais geral. Mesmo assim, a discreta maioria (51,2%) não se sente seguro em sua capacidade de construir conhecimento, ou colocam-se como capacidade regular, mediana, para tal.

Do ponto de vista do que possa ser representado socialmente, nota-se um distanciamento entre o conhecimento, de modo mais amplo, e o saber filosófico, em particular. Esses indicadores denotam que a Filosofia, enquanto disciplina escolar, não aparece para os estudantes como um conhecimento a ser construído, mas vincula-se mais ao status de conteúdo a ser registrado.

Em torno da terceira pergunta, que buscou saber se os estudantes elaboram textos filosóficos, levantou-se que Os dados complementam os indicadores anteriores e manifestam uma dificuldade geral da escrita. 50,7% dos respondentes não se sentem capazes de produzir um texto para as aulas de filosofia. Apenas 15,1% diz estar em condições para realizar essa tarefa, os demais apresentam-se em condição regular.

O cenário se mostra um pouco mais otimista quando se questiona os estudantes acerca da capacidade de relacionarem ética e cidadania, uma das finalidades do ensino da Filosofia no nível Médio. Os que se sentem capazes de relacionar os temas da ética e cidadania somam 44,9%, indicando uma apropriação dessa relação. Considerando que sejam temas veiculados com mais frequência nos meios de comunicação, esse dado aproxima os estudantes do universo temático da Filosofia, ainda que essas categorias possam estar mais vinculadas ao senso comum. Ainda assim, o percentual dos alunos que não se sentem capazes de fazer essa relação chegam a 17,3% e os que se consideram em situação regular para esse intento somam 37,8%.

Ao serem perguntados se leem e refletem diferentes tipos de textos, 46,3% responderam que o fazem bem ou muito bem. Considerando que leitura e reflexão são pressupostos para a aprendizagem de filosofia, é possível considerar que boa parte dos respondentes se coloca numa condição favorável ao aprendizado. Os que se consideram em posição regular somam 33,6% e os que se classificam como quem pratica a leitura de textos de forma mal ou muito mal somam 20,1%.

Uma das questões centrais da Filosofia, desde seus primórdios, focaliza na auto reflexão. A máxima socrática: “conhece-te a ti mesmo”, continua sendo uma postura e exigência filosóficas. Ao serem perguntados se refletem sobre si mesmos, os estudantes surpreendem nas respostas. Os valores que indicam que os estudantes refletem mal ou muito mal chegam a 8,7%, o que mostra um percentual baixo. Os que exercitam a auto reflexão, considerando esta uma tarefa realizada bem ou muito bem, alcança os 72,6%. Os demais, reconhecem realizar a auto reflexão de modo regular.

Do ponto de vista das representações sociais, os indicadores alcançados nessa pergunta encaminham para um potencial da disciplina quando se trata das questões subjetivas. Ao associarem a reflexão filosófica à demanda de indagações emergentes dos sujeitos, particularmente na etapa da vida em que se encontram, ou seja, a adolescência, a Filosofia poderia ser um importante instrumento daquilo que se propõe enquanto componente curricular.

Ao serem indagados se reconhecem que a realidade é resultado de uma construção social e cultural, 15% afirmam compreender mal ou muito mal, os que se posicionam no segmento da compreensão regular chega a 36,1% e os que compreendem bem e muito bem somam 48,9%. Essa é uma indicação de que os estudantes entendem a realidade não como algo dado, fatalisticamente acabado, mas como possibilidade, algo a ser permanentemente construído. Essa perspectiva denota um outro potencial, o da atitude ética e cidadã, proposta na legislação referente ao ensino da Filosofia. Se a realidade comparece no universo representacional dos estudantes como algo a ser construído, o papel desses sujeitos na construção do real passa a ganhar estatuto de responsabilidade e comprometimento.

Finalmente, a pergunta aqui analisada, indaga se o estudante se reconhece como sujeito capaz de contribuir para a transformação social? 57,7% responderam que compreendem bem ou muito bem esse papel, os de compreensão regular chegam a 30,1% e os que compreendem mal ou muito mal somam 12,2%. Considerando que um dos objetivos do ensino da Filosofia aponta para a implicação dos estudantes com o exercício da cidadania, as indicações aqui apresentadas denotam que a disciplina cumpre com essa tarefa para a maioria dos estudantes.

31

#### Considerações finais

O trabalho aqui apresentado, fruto da pesquisa sobre o estudo e o ensino da Filosofia no Ensino Médio, no eixo que pesquisou o tema da aprendizagem, procurou mostrar a importância desse componente curricular para o exercício da cidadania, principal finalidade da disciplina indicada nos documentos legais.

Construída no horizonte interpretativo das representações sociais, a compreensão da Filosofia e seu papel para sujeitos e grupos, encontra significado no âmbito da aprendizagem quando focada na subjetividade e nas grandes questões sociais e de implicação com o real. As respostas dos estudantes mostrou que a disciplina de Filosofia ainda se coloca distante quando se refere às questões conceituais ou metodológicas próprias de um modo de compreender seu ensino. O reposicionamento dos sujeitos para assumirem a aprendizagem como instrumento privilegiado de construção do conhecimento, é confirmado pelos estudantes quando sinalizam para a construção filosófica que parta de suas circunstâncias subjetivas e seu contexto social, aproximando, assim, os estudos em questão dos estudantes.

Espera-se que o trabalho aqui apresentado possa contribuir sobremaneira com a reflexão em torno do ensino da Filosofia no nível Médio de escolaridade. Longe de ser uma resposta finalista ao problema do ensino da Filosofia, pretende-se que outros profissionais, estudantes de licenciatura em Filosofia e pesquisadores se sintam encorajados a buscarem outras respostas que possam dialogar com as que aqui foram tratadas, para a superação da frequente queixa em torno da disciplina de Filosofia no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); OLIVEIRA, D. C. (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. In: Revista Múltiplas Leituras, vol.1, nº 1, 18-43, jan/jun, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)> consultado em novembro de 2012.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P (orgs.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31-59.

JODELET, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LAJONQUIERE, L. Infância e Ilusão (Psico)Pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1999/2010.

MOSCOVICI, S. A psicanálise: sua imagem e seu público. Rio de Janeiro: Vozes, 1961/1976.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UCB (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA). O Estudo da Filosofia à luz da teoria das representações sociais e da psicodinâmica do trabalho. (projeto de pesquisa) 2011.

XAVIER, Ingrid. Filosofia no Ensino Médio: possibilidade de uma educação filosófica. In: Revista Filosofia Ensino e Educação: Ano XXI Boletim 10, Setembro 2011.